

A ESTRATÉGIA NACIONAL-LIBERTADORA E O REFORMISMO NA HISTÓRIA DO PCB

Texto apresentado por **Anita Leocadia Prestes** no seminário promovido pelo PCB por ocasião do 90º aniversário da sua fundação, em 21/03/2012

Em artigo publicado ainda em 1980, intitulado “A que herança os comunistas devem renunciar?”, tive a oportunidade de mostrar que, desde os anos 20, a estratégia do PCB – a revolução democrático-burguesa, agrária e anti-imperialista ou nacional e democrática, como foi denominada posteriormente, – tinha um caráter reformista burguês. Tratava-se, na luta contra o imperialismo, de realizar uma revolução nacional-libertadora, que viesse a propiciar um desenvolvimento capitalista **autônomo** no Brasil, livre, portanto, da dominação do imperialismo. Tal desenvolvimento capitalista deveria propiciar as condições para a realização de uma segunda etapa da revolução, a etapa socialista. Não se percebia que o capitalismo em nosso país encontrava novas formas de expandir-se, nas condições de subordinação aos grandes grupos internacionais e de manutenção de relações de produção não capitalistas na agricultura. (Prestes, A.L.,1980)

O reformismo na política do PCB se explicitava através dessa concepção da revolução em etapas, marcada pelo ideal nacional-libertador, uma variante da **ideologia nacionalista**, de cunho burguês, cuja presença tornou-se expressiva na cultura e na política brasileiras a partir da Primeira Guerra Mundial. Podemos dizer que as concepções nacional-libertadoras adotadas pelo PCB frutificaram no Brasil graças à sua aceitação por amplos setores sociais influenciados pelo pensamento nacionalista. Entretanto, como advertiu E. Hobsbawm, “o perigo real para os marxistas é o de aceitar o nacionalismo como ideologia e programa, ao invés de encará-lo realisticamente como um fato, uma condição de sua luta como socialista” (Hobsbawm, 1980: 310).

Também contribuíram para a adoção pelo PCB da concepção etapista da revolução as resoluções aprovadas em 1928, no VI Congresso da Internacional Comunista – entidade à qual o PCB estava filiado desde 1924 -, e reiteradas em 1929, na 1ª Conferência dos PPCC da América Latina. Não se percebia e rejeitava-se algo que havia sido levantado nessa mesma ocasião por José Carlos Mariátegui: o caráter socialista da revolução na América Latina, embora o comunista peruano registrasse a necessidade de considerar as peculiaridades do capitalismo em cada país do nosso continente e defendesse a luta por um socialismo que não fosse “nem cópia nem decalque, mas sim invenção heróica” dos nossos povos (Mariátegui, 2008: 153). Mariátegui escrevia:

Sem prescindir do emprego de nenhum elemento de agitação anti-imperialista, nem de nenhum meio de mobilização dos setores sociais que eventualmente podem contribuir para esta luta, a nossa missão é explicar e demonstrar às massas que somente a revolução socialista poderá opor ao avanço do imperialismo um obstáculo definitivo e verdadeiro. (Idem: 51)

Sem negar que a revolução socialista constitui um processo, que em cada país terá suas particularidades, Mariátegui verificou que, no século XX, o imperialismo penetrara profundamente e se articulava estreitamente com as diversas relações de produção existentes em cada nação do continente latino-americano. Tornara-se, portanto, impossível derrotar o imperialismo sem avançar no caminho da revolução socialista. O problema era, e continua sendo, **como**, na prática, empreender tal caminho sem desviar-se para o etapismo e o decorrente reformismo, de acordo com o qual a solução revolucionária acaba sendo abandonada.

Como não poderia deixar de ser, a fidelidade a uma falsa estratégia levou o PCB a adotar táticas que mudavam ao sabor dos acontecimentos. Embora os comunistas estivessem sempre nas primeiras fileiras dos lutadores por todas as causas justas do povo brasileiro, o Partido carecia de **autonomia ideológica**, ou seja, de um programa revolucionário que contribuísse para a aglutinação e a formação das forças sociais e políticas capazes de conduzir as lutas de nosso povo rumo à revolução socialista. Ficava-se sempre a reboque de setores liberais e/ou nacionalistas; perdia-se a oportunidade de, através das lutas por objetivos parciais, organizar e educar as massas para a necessidade de ir adiante, de preparar-se para a revolução socialista.

Um bom exemplo da permanência dessa falsa estratégia de que estamos falando é a aprovação da “Declaração de Março” de 1958 pela direção do PCB. Com esse documento, abandonava-se a tática esquerdizante do “Manifesto de Agosto” de 1950, reiterada no IV Congresso de 1954, de derrubada do Governo, a qual era substituída por uma nova formulação – a luta por um **governo nacionalista e democrático**, nos marcos do regime capitalista, enquanto a estratégia não era tocada. Naquele momento, a aprovação da “Declaração de Março” contribuiu para garantir não só a unidade como a própria sobrevivência do PCB, seriamente abalado por grave crise, provocada em grande medida pelos acontecimentos relacionados com o XX Congresso do PCUS (Partido Comunista da União Soviética), realizado no início de 1956.

Cabe ressaltar que, embora tivesse contribuído para a elaboração e a aprovação da “Declaração de Março”, com o objetivo de manter a unidade das fileiras partidárias, Luiz Carlos Prestes, então secretário-geral do PCB, revelaria preocupação com o perigo de uma “tática reformista, que nos colocaria a reboque da burguesia”. Em artigo publicado na

mesma ocasião, Prestes escrevia:

à A crítica superficial de nossos erros políticos pode conduzir agora ao erro oposto, preocupação exclusiva com o movimento que se processa gradualmente, abandonando a meta revolucionária da classe operária. (PCB, 1980:35)

A conciliação com as tendências reformistas na direção do PCB, com o intuito de assegurar a unidade partidária, foi a atitude adotada por Prestes durante cerca de vinte anos, até o final da década de 70, quando viria a romper com o Comitê Central (Prestes, L.C., 1980), convencido de que se tornara inviável transformar o PCB num partido revolucionário, ou seja, numa organização que superasse o reformismo, explicitado principalmente por meio da ideologia do nacional-desenvolvimentismo e da concepção da revolução por etapas (Prestes, 2010: 162).

O esforço para alcançar a **unidade a qualquer preço** marcou fortemente a história do movimento comunista internacional e não poderia deixar de se fazer presente no PCB, uma vez que, desde sua fundação, o partido fez parte desse movimento. Tal empenho, frequentemente, teria como consequência o abandono de posições de princípio e, em particular, a renúncia aos objetivos revolucionários dos comunistas e a conciliação com as tendências reformistas.

A luta por um governo nacionalista e democrático, a partir de 1958, alimentou uma forte ilusão nas possibilidades de conquistar, através da pressão de massas, uma correlação de forças dentro do governo que permitisse a adoção de medidas capazes de assegurar o desenvolvimento de um **capitalismo autônomo e democrático** no Brasil. A partir de tal patamar, previa-se que os comunistas poderiam abrir caminho para as transformações de caráter socialista no país.

Em que medida, contudo, os comunistas atuavam efetivamente no sentido de formar **uma força política** capaz de conduzir tal processo revolucionário no Brasil? Na realidade, tentava-se a formação de uma aliança de classes e setores sociais supostamente possuidores de interesses e reivindicações comuns, na luta contra o imperialismo e o latifúndio e pela democracia. Entretanto, não se levava em conta algo que o conceito de **bloco histórico**, proposto por A. Gramsci, pressupõe: o **momento político** dessa aliança. “Sua constituição está assentada em classes ou grupos concretos definidos pela sua situação na sociedade, mas as idéias cumprem um papel fundamental no que se refere à sua coesão.” Em outras palavras, no **bloco histórico**, há “uma estrutura social – as classes e grupos sociais – que depende diretamente das relações entre as forças produtivas; mas **também há uma superestrutura ideológica e política**”. (Bignami, s. d.: 27) Gramsci escrevia que, segundo Marx, “uma persuasão popular tem, com frequência, a mesma energia de uma força

material” (Gramsci, 2001, V.1: 238).

Os elementos citados da concepção de **bloco histórico** permitem perceber o frequente empobrecimento de tal conceito no âmbito dos partidos comunistas, pois esse fenômeno marcou, de uma maneira geral, grande parte do movimento comunista mundial. Nas fileiras do PCB semelhante postura teria como consequência a subestimação pelo trabalho ideológico de formação teórica e política não só dos seus quadros como também de lideranças populares. A incompreensão da necessidade de criar uma **força política**, ou um **bloco histórico** contra-hegemônico, capaz de conduzir o processo revolucionário à vitória, condicionou o desarmamento ideológico e político dos comunistas diante do **bloco histórico** dominante e a inevitável capitulação frente ao reformismo burguês. (Prestes, 2010a)

A partir da IV Conferência Nacional do PCB, realizada em dezembro de 1962, passaria a predominar na direção do Partido, em particular no âmbito da sua Comissão Executiva, a tese de concentrar esforços no **combate à política de conciliação** com o imperialismo e o latifúndio seguida pelo Governo Goulart e na luta pelas **Reformas de Base**. Tal posição representava uma primeira vitória da “tendência esquerdizante”, liderada pelos dirigentes Carlos Marighella, Mário Alves e Jover Telles, integrantes da Comissão Executiva Nacional (Falcão, 1993: 221).

Entretanto, inexistia no Brasil a **força social e política**, unificada por idéias comuns e preparada para viabilizar na prática o rompimento com a **política de conciliação e a realização das Reformas de Base**. Inexistia no país um poderoso movimento popular unido e organizado - dirigido por lideranças providas de propostas política e ideologicamente definidas e adequadas ao momento -, capaz de golpear as forças reacionárias internas e externas e conquistar o poder. Esta seria a única maneira efetiva de assegurar a realização de reformas, cujo conteúdo iria ferir profundamente os interesses do grande capital nacional e internacional e dos grandes proprietários de terras.

As concepções nacional-libertadoras, presentes tanto na estratégia política do PCB quanto em grande parte do discurso das forças nacionalistas e de esquerda, sob a influência dominante da ideologia nacional-desenvolvimentista, alimentaram as ilusões num hipotético anti-imperialismo da uma suposta burguesia nacional e na possibilidade de, sob a pressão das manifestações das forças nacionalistas e democráticas e, em particular, do movimento sindical, levar o presidente João Goulart a realizar reforma ministerial que permitisse o estabelecimento de um **governo nacionalista e democrático** e a implementação das Reformas de Base. Cogitava-se ainda de uma reforma constitucional, mesmo que para tal fosse necessário passar por cima do Congresso Nacional.

Com o golpe reacionário de 1964 e a repressão que imediatamente se desencadeou contra as forças democráticas e de esquerda, a situação do PCB se tornou particularmente difícil. O Partido não esperava o golpe e não se havia preparado para enfrentá-lo. Mesmo na Comissão Executiva do Comitê Central, onde predominavam as posições esquerdistas, não haviam sido tomadas medidas para fazer frente à repressão. A maioria esquerdista na Comissão Executiva acreditava que a pressão exercida sobre Jango o faria avançar no caminho da superação da **conciliação** e da realização das reformas, até mesmo ultrapassando os limites da legalidade constitucional. Os adeptos das posições esquerdistas coincidiam com os adeptos das concepções reformistas ao confiarem, tanto uns quanto os outros, no “esquema militar” de Goulart, abdicando na prática do trabalho de organização, conscientização e mobilização popular.

Diferindo da correlação de forças existente logo após o golpe na Comissão Executiva, nos anos que se seguiram, iria aprofundar-se, no âmbito do Comitê Central do PCB, uma crescente divisão entre a maioria, favorável à manutenção da orientação política inaugurada em 1958 e confirmada no V Congresso, realizado em 1960, e a minoria que se agrupava na chamada “corrente revolucionária”. Esta passaria a defender a adoção imediata da **luta armada, uma tática** que visava a **derrubada da ditadura** através da insurreição armada e a instauração de um **governo revolucionário**, mas a estratégia da revolução nacional e democrática não era questionada. (Marighella, 1979: 49, 58, 63, 104)

O VI Congresso do PCB, realizado no final de 1967, foi um marco na luta contra a vaga esquerdista que ameaçava não só a unidade do Partido quanto sua própria sobrevivência. Uma possível vitória das posições esquerdistas no VI Congresso, com a adoção imediata da luta armada contra a ditadura, teria levado o PCB ao esfacelamento, como aconteceu com os partidos e organizações de esquerda que assim procederam. Como a prática viria a mostrar, inexistiam no Brasil, à época, condições para o desencadeamento de guerrilhas ou de outras formas de luta armada, conforme a vontade de muitos militantes, frustrados com o golpe de 64 e impacientes por transformar seus desejos em realidade.

Prestes percebeu que, naquele momento histórico, era necessário evitar uma segunda derrota, maior ainda que a de abril de 1964, quando se conseguiu impedir o esfacelamento da organização partidária. Tratava-se de somar forças para que, no VI Congresso, as teses dos defensores da deflagração imediata da luta armada fossem rejeitadas. O secretário-geral optou pela conciliação com a maioria reformista para derrotar o inimigo principal naquele momento – o radicalismo de esquerda. Uma vez alcançado tal

objetivo, inaugurava-se uma nova etapa da luta ideológica nas fileiras partidárias.

A partir do VI Congresso, as divergências de Prestes com a maioria do Comitê Central do PCB se acentuaram e se tornaram cada vez mais graves. Se o Comitê Central passara a centrar todos seus esforços na luta por um governo **antiditatorial**, Prestes considerava que “os comunistas ao lutarem pela plataforma comum da frente antiditatorial, não ...[deveriam ocultar]... seu programa revolucionário,(...) fazendo esforços para ganhar para suas posições revolucionárias, para seu programa, as forças fundamentais da revolução”.¹ Fundamentando sua posição, recorria à citação de Lenin:

Só são fortes os lutadores que se apóiam em interesses reais **claramente compreendidos** de determinadas **classes**, e todo fator que oculte estes interesses de classe, que desempenham já um papel dominante na sociedade atual, não pode senão enfraquecer os lutadores. (Lenin, *Obras Completas*, ed. Cartago, tomo II, p. 317; grifos do autor)

A consulta a documentos inéditos de Prestes – pois, ele, em minoria, não podia pronunciar-se abertamente em discordância com o CC – é reveladora do combate por ele travado no âmbito do Comitê Central contra as tendências reformistas de direita, que iriam se acentuando cada vez mais na política do PCB. Eis um exemplo da posição por ele defendida:

Cabe (...) ao Comitê Central decidir se, a pretexto da tática, devemos, em nossa agitação e propaganda, nos referirmos **exclusivamente** às reivindicações imediatas mobilizadoras das massas, à plataforma unitária da frente única antiditatorial e à luta por um eventual governo das forças antiditatoriais; ou se devemos utilizar a agitação e propaganda **igualmente** (e, em alguns casos, principalmente), para levar ao conhecimento da classe operária e seus aliados o programa revolucionário (...) de nosso Partido e a necessidade de lutar, independentemente dos compromissos que possamos realizar com as demais forças antiditatoriais, pela conquista de um governo revolucionário, capaz de dar início à aplicação daquele programa. (Idem; grifos do autor)

Na prática, a atividade do PCB ficaria limitada à tática, sendo deixados de lado os objetivos estratégicos do Partido. Com semelhante orientação, a organização e a conscientização dos trabalhadores, assim como a sua formação com vistas à revolução, foram abandonadas. O PCB deixava de distinguir-se das demais forças antiditatoriais, perdia a oportunidade de afirmar-se como organização revolucionária, mantendo a independência ideológica. O PCB enveredava definitivamente pelo caminho do reformismo.

Nos anos 70, com a intensificação da repressão contra o PCB, foi necessário

¹ ALMEIDA, Antônio (**pseudônimo de Prestes**), documento original datilografado, sem título, 23 pgs, 08/04/1969, (Arquivo particular da autora); cópia em *Coleção Luiz Carlos Prestes*, Arquivo Edgard Leuenroth/ UNICAMP, pasta 009.

transferir uma parte do Comitê Central (CC) para o exterior do País. A partir de 1975, seria feita a reorganização das atividades do CC na Europa. A correlação de forças no seu interior se definiu no transcorrer dos debates efetuados e das resoluções tomadas a partir do início do seu funcionamento no exterior. Num extremo, estava Prestes, o secretário-geral, apoiado por um pequeno número de dirigentes; seu empenho na defesa das posições que lhe pareciam mais justas e no combate ao reformismo na direção do PCB não o impedia de desenvolver esforços visando manter a unidade do CC e do Partido. No outro extremo estava Armênio Guedes, contando com o apoio de Zuleika Alambert, simpáticos ao eurocomunismo e isolados no âmbito do CC, mas dispostos do controle da redação de *Voz Operária* e do respaldo da chamada Assessoria do CC, composta por um grupo de intelectuais residentes na Europa e também adeptos do eurocomunismo. No centro, havia o “pântano”² – a maioria do CC -, composta por elementos conservadores, acomodados, sem posições definidas, e, por essa razão, aferrados a uma suposta defesa da “linha do VI Congresso” do PCB. Seu objetivo era a manutenção do *status-quo*, ou seja, dos seus cargos na direção do PCB. Com esse propósito, buscavam a conciliação dos extremos, principalmente a conciliação com Prestes, cuja presença na secretaria-geral constituía um aval importante para a sobrevivência do próprio CC frente ao Partido no Brasil, assim como frente ao PCUS e aos demais partidos comunistas.

As principais divergências entre Prestes e a maioria do CC diziam respeito à definição da **estratégia da revolução nacional e democrática**, reafirmada no VI Congresso, e à chamada “**questão democrática**”, ou seja, à posição dos comunistas diante da democracia burguesa. Prestes se convencera de que o caráter da revolução brasileira só poderia ser socialista e que se tornara necessário abandonar a definição estratégica do VI Congresso do PCB. A maioria do CC se recusava a enfrentar essa discussão. Dessas questões derivavam muitas outras; em particular, o tipo de organização partidária necessária para enfrentar tais desafios políticos.

O embate entre a maioria do CC, acomodada e defensora de concepções ultrapassadas, marcadas pelo reformismo de direita, e o pequeno grupo solidário com o secretário-geral assumiu tais proporções que, para Prestes, ficou evidente que se tornara impossível levar aquele CC a transformar-se na direção de um partido efetivamente comprometido com a revolução e os ideais socialistas e comunistas. Chegara a hora de o

² “Pântano” – expressão empregada por Lenin, que escrevia: “Praticamente não há partido político com luta interna que prescindia desse termo, que serve sempre para designar os elementos inconstantes que vacilam entre os que lutam.” (LENIN, V.I. *Obras escogidas en tres tomos*. Moscú, Ed. Progreso, 1961, v. 1, p. 296 (nota).

qualquer acordo com a ditadura para a conquista da legalidade. “Compromisso que colocaria o Partido a reboque da burguesia e a serviço da ditadura e inaceitável, portanto, à classe operária e a todos os verdadeiros revolucionários” (idem: 21-22). Compromisso, que, afinal, foi assumido pelo Comitê Central do PCB, após o regresso dos seus membros do exílio.

Em publicação lançada à época pelos colaboradores de Prestes, era apresentada uma súmula das principais divergências entre Prestes e o CC do PCB:

- 1) Enquanto Prestes se coloca ao lado da classe operária e dá seu apoio aos metalúrgicos em greve, (...) o CC e seu jornal a **Voz da Unidade** estão contra a greve.
- 2) Enquanto Prestes considera (...) que a democracia tem sempre um conteúdo de classe determinado (...), o CC e a **Voz da Unidade** “teorizam” a respeito de uma democracia “pura” e acima das classes (...).
- 3) Enquanto Prestes (...) considera essencial (...) acumular forças para que se possa chegar à liquidação do regime capitalista e à revolução socialista; as posições do CC (...) convergem no sentido de não questionar a dominação capitalista (...).
- 4) Enquanto Prestes diz claramente que a ditadura ainda está aí e é necessário derrotá-la (...), o CC do PCB evita referir-se ao regime como a uma ditadura e (...) alguns membros do CC se mostram favoráveis a apertar a “mão estendida” do gen. Figueiredo (...).
- 5) Enquanto Prestes considera que o centro da atividade dos comunistas deve ser o trabalho de massas (...), o CC do PCB e seu jornal (...) fazem do Parlamento o lugar privilegiado da luta pela democracia.
- 6) Enquanto Prestes (...) defende a formação de uma ampla frente democrática e, ao mesmo tempo, a unificação das forças de “esquerda” dentro da frente democrática (...), o CC do PCB (...) quer uma frente democrática da qual estejam excluídas as diferentes forças de “esquerda”, (...) na qual os comunistas estejam a reboque da burguesia liberal.
- 7) Enquanto Prestes considera que “a legalização do PCB terá que ser uma conquista do movimento de massas e de todas as forças realmente democráticas em nosso País”, o CC do PCB revela disposição de aceitar o acordo que lhe vem sendo proposto pela ditadura.
- 8) Enquanto Prestes mantém uma posição de firme apoio à URSS e a todo o campo socialista, os membros do atual CC têm revelado uma posição cada vez mais clara do que poderia ser chamado de “antissovietismo envergonhado”.
- 9) Enquanto Prestes está empenhado (...) em fazer uma autocrítica profunda, tanto da política do PCB, como de seus métodos de organização, o CC não mostra a menor disposição à autocrítica e vem intensificando sua atividade terrorista na condução da luta interna (...).³

Durante os anos 80, os últimos anos de vida de Prestes, ele não só teve ativa participação na vida política nacional, como dedicou particular atenção à denúncia da continuidade do regime ditatorial no governo do general Figueiredo, assim como à denúncia do que ele chamou de um “**poder militar**” acima dos poderes da República, inclusive após a eleição indireta de Tancredo Neves e a promulgação da Constituição de

³ *Ecos à Carta de Prestes*, n. 2, maio/1980; grifos do texto.

1988. Da mesma forma denunciou com firmeza a capitulação do CC perante o Governo Figueiredo e frente à “transição” à chamada Nova República, dirigida pelas classes dominantes no Brasil.

Devo assinalar que a “Carta aos comunistas” teve grande repercussão e levou numerosos militantes comunistas a tentarem “salvar” o PCB, reorganizá-lo ou estruturar novas organizações em bases verdadeiramente revolucionárias. Intentos estes fracassados e reveladores da inexistência das condições necessárias para a organização imediata de um partido revolucionário, o que foi compreendido por Prestes, levando-o, nos últimos anos de sua vida, a desaconselhar novas tentativas nesse sentido. Durante Encontro Estadual dos comunistas gaúchos que se orientavam pela “Carta aos Comunistas”, realizado em janeiro de 1984, Prestes explicava sua posição, afirmando que “um partido revolucionário só pode surgir de cima para baixo, por intermédio de um grupo ideológico firme, porque é a ideologia que une os comunistas e os distingue de outras forças”.⁴

Na verdade, não era só o PCB que atravessava grave crise. Tratava-se de uma crise do movimento comunista internacional e do chamado “socialismo real”. Crise esta que Prestes havia detectado no PCB uma década antes de a mesma “explodir” no cenário mundial e, ao mesmo tempo, produzir, no Brasil, com a criação do PPS, o desmoronamento do PCB. A “Carta aos comunistas” antecipou questões que viriam a colocar-se, com grande intensidade, para os comunistas no mundo inteiro, uma década mais tarde. Muitas dessas questões mantêm sua atualidade.

Prestes não alimentava ilusões na possibilidade de uma rápida reconstrução do Partido Comunista, que pudesse dar origem a uma organização efetivamente revolucionária. Não alimentava ilusões quanto à rapidez do avanço do movimento revolucionário no Brasil. Em carta a um amigo, ele escrevia:

Tudo indica (...) que marchamos para sério agravamento da situação social. E como não temos um partido revolucionário e as massas trabalhadoras estão desorganizadas, teremos lutas esparsas que serão fatalmente esmagadas pela força das armas. Será este infelizmente o caminho sangrento da revolução brasileira até que, através dele, surja o partido revolucionário, capaz de organizar e unir a classe operária e de levá-la à abertura do caminho para o socialismo em nossa terra. Isto pode parecer muito desalentador e pessimista, mas não é. É realismo de quem tem a certeza de que desse processo surgirá, como necessidade histórica, o verdadeiro partido revolucionário da classe operária. Estamos pagando pelo nosso atraso cultural, pela escravidão de 1888,

⁴ PRESTES, Luiz Carlos, “Declarações” (transcrição não revista) em “Resoluções Políticas do 3º Encontro Estadual dos comunistas gaúchos que se orientam pela *Carta aos comunistas* do camarada Luiz Carlos Prestes” (janeiro/1984), documento datilografado (cópia xerox), 28 pgs. “Coleção Luiz Carlos Prestes” no Arquivo Edgard Leuenroth/UNICAMP, Manuscritos, PCB-CC, pasta 242; “Documento do PCML – Partido Comunista Marxista Leninista”, 28 folhas, janeiro/1984, “Informes dos Órgãos de Segurança sobre Luiz Carlos Prestes” (Confidencial).

pela independência com o príncipe da Casa de Bragança, etc.⁵

Termino minha participação neste debate agradecendo a oportunidade que me foi concedida de expor minhas idéias a respeito do reformismo na história do PCB e desculpando-me pela abordagem superficial aqui apresentada, decorrente das limitações impostas ao ter de resumir uma problemática de grande amplitude. Gostaria de informar a todos os presentes que as questões hoje aqui abordadas, estão detalhadamente apresentadas e amplamente documentadas em livro que estarei lançando nos próximos meses, intitulado **Luiz Carlos Prestes: o combate por um partido revolucionário (1958-1990)**.

Alguns dos documentos aqui citados estão reproduzidos no “sítio” do Instituto Luiz Carlos Prestes (www.ilcp.org.br).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIGNAMI, Ariel. *El pensamiento de Gramsci: una introduccion*. 2a ed. Buenos Aires, Editorial El Folleto, s.d.

FALCÃO, João. *Giocondo Dias, a vida de um revolucionário (meio século de história política do Brasil)*. Rio de Janeiro, Agir, 1993.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 1. 2a ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

HOBSBAWM, Eric J. “Nacionalismo e marxismo”. In: Jaime Pinsky (org.). *Questão nacional e marxismo*. São Paulo, Ed. Brasiliense, p. 294-323, 1980.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *Escritos fundamentales*. Buenos Aires, Acercádonos Ediciones, 2008.

MARIGHELLA, Carlos. *Escritos de Carlos Marighella*. S.P., Ed. Livramento, 1979.

PCB: vinte anos de política (1958-1979) (documentos). São Paulo, LECH – Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

PRESTES, Anita Leocadia. “A que herança devem os comunistas renunciar?”. *Oitenta*, Porto Alegre, LP&M, nº 4, 1980, p.197-223.

PRESTES, Anita Leocadia. *Os comunistas brasileiros (1945-1956/58): Luiz Carlos Prestes e a política do PCB*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 2010.

PRESTES, Anita Leocadia, “Antônio Gramsci e o ofício do historiador comprometido com as lutas populares”, *Revista de História Comparada*, Volume 4, nº 3, , p.6–18, Dezembro/2010a.

⁵ PRESTES, Luiz Carlos. “Carta à Aloyzio Neiva Filho”, Rio, 16/01/1983, 3 pgs.; documento original, datilografado. (Arquivo particular da autora)

PRESTES, Luiz Carlos. *Carta aos comunistas*. São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1980.